

MALINOWSKI, Bronislaw. *A Vida sexual dos selvagens do noroeste da Melanésia*: descrição etnográfica do namoro, do casamento e da vida de família entre os nativos das Ilhas Trobriand (Nova Guiné Britânica). Rio de Janeiro: F. Alves, 1983.

NIETZSCHE, F. *Considerações extemporâneas*. São Paulo : Abril Cultural, 1983a. p.53-81. (Coleção Os Pensadores).

NIETZSCHE, Friedrich. *Para a genealogia da moral*. São Paulo: Abril Cultural, 1983a. (Coleção Os Pensadores).

RAGO, Margareth. *Os Prazeres da noite — prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890 — 1930)*. São Paulo, Paz e Terra, 1991.

SOUSA, Francisca Ilnar. A Função social da prostituta. In *Revista Educação em Debate*, Ano 17/18, nº 29, 30, 31e 32. Fortaleza, 1995.

SUQUET, Annie. O Corpo dançante: um laboratório da percepção. In. *História do Corpo* Courtine e Georges Vigarello. Petrópolis: Vozes, 2008. pp. 509-540.

## BREVE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: UMA ABORDAGEM CRÍTICA

*Júlia Érika Moreira Bastos*

Universidade Estadual do Ceará — UECE

### Um Pouco da História da Educação

O autor nos traz uma abordagem crítica sobre a História da Educação e é a partir dela que iremos expor o conteúdo deste trabalho. Nesse sentido, falar de História da Educação é também falar sobre trabalho. Vejamos o porquê.

#### ■ FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E ONTOLÓGICOS

Dermeval Saviani, em seu artigo “Trabalho e educação: fundamentos ontológicos-históricos”<sup>1</sup>, nos expõe de forma bastante didática o desenvolver de teorias que nos chamam à atenção para questões fundamentais inicialmente, a respeito do envolvimento entre aquelas duas atividades estritamente humanas. Talvez o maior contraste que nos faz atentar seria ao fato de como, em seus fundamentos “histórico-ontológicos”, trabalho e educação se fazem enquanto ligadas uma a outra. Se visto a luz da efêmera temporalidade humana:

Fundamentos históricos porque referidos a um processo produzido e desenvolvido ao longo do tempo pela

<sup>1</sup> De acordo com descrição da Revista Brasileira de Educação v.12 n. 34 de jan./abr. 2007, esse artigo foi “apresentado em sessão especial do Grupo de Trabalho ‘Trabalho e Educação’ na 29ª Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa e Educação (ANPEd), realizada em Caxambu, MG, de 16 à 20 de outubro de 2006.

ação dos próprios homens. Fundamentos ontológicos porque o produto dessa ação, o resultado desse processo, é o próprio ser dos homens (SAVIANI, 2007, p. 155)

Teremos a oportunidade de desenvolver essa ideia central ao longo deste trabalho, *a priori*, lembremos que isto é um contraste, já nos nossos tempos, o que é visto é exatamente a quebra de comunicação entre educação e trabalho.

A ideia do envolvimento entre essas duas instâncias (educação e trabalho) é posta por Saviani em diversos tempos e teorias ao longo da história. Desde Aristóteles, que como posto pelo autor, levantava a proposta — inclusive apontada como sendo a mais difundida — da racionalidade como sendo aquilo que diferencia o ser humano dentre todos os animais. O autor concluía assim educação e trabalho — ações derivadas da capacidade de pensar, ou seja, secundárias — como componentes humanos “em caráter acidental, e não substancial”, visto que a racionalidade é que teria o caráter de essência.

Em seguida, trará Bergson para nos apontar um momento posterior, em que é feita uma relação por este autor entre a inteligência humana e a capacidade de criar ferramentas: “(...) a inteligência, encarada no que parece ser o seu empenho original, é a faculdade de fabricar objetos artificiais (...)” (Bergson apud Saviani, 2007, p.153). Vale ressaltar porém, que ainda não é neste momento em que o trabalho vai ser relacionado diretamente a essencialidade humana, como nos pretende demonstrar Saviani. O que há aqui é uma *significativa aproximação* do conceito de trabalho à instância do conceito de natureza humana.

Não necessariamente utilizando um modo de pensamento temporalmente linear, Saviani parte de uma outra perspectiva para argumentar a respeito da relação entre educação-trabalho e a vida humana. Expõe de forma simples que logo no início do desenvolvimento da vida social humana, o homem se utiliza da natureza para se manter vivo. Ora, sabemos que os seres humanos, em determinado momento da história, deixaram de ser animais que dependiam da natureza para a manutenção das condições básicas da sua sobrevivência, para produzir ele mesmo, a partir da natureza, meios que assegurassem suas vidas.

Esse período é denominado pelos estudiosos da história mais geral como Mesolítico, se situando especificamente entre a passagem do Paleolítico (700.000 à 15.000 a. C.) para o Neolítico (10.000 à 4000 a. C.):

O homem (...): além de caçar e coletar, passou a cultivar vegetais e a domesticar animais. As primeiras formas de agricultura se deram pelo cultivo de tubérculos, frutas, hortaliças e cereais. O pastoreiro talvez tenha surgido da domesticação de animais por lavradores, que deles se valiam para alimentação (leite e carne), vestuário (peles) e como força de tração (para puxar objetos pesados ou arar a terra) (Pedro, 2005, p.16).

Esta especificidade torna claro que “diferentemente dos animais, que se adaptam à natureza, os homens têm de adaptar a natureza a si”. (Saviani, 2007, p.154) Ou seja, conclui o autor, é essa atividade de atuação na natureza da qual o homem retira seu sustento — trabalho — que forma a es-

sência humana. É a partir do trabalho — “(...) o ato de agir sobre a natureza transformando-a em função das necessidades humanas”. (2007, p. 154) — que o ser humano garante a sua sobrevivência desde o princípio. Deixa assim de ser o que poderia ser chamado de caráter “acidental” para ser mesmo “substancial”<sup>2</sup>.

Dando prosseguimento à linha de raciocínio na qual o trabalho se encontra como condição primordial para o desenvolvimento e manutenção da vida objetiva humana, Saviani nos faz atentar para o fato dessa atividade também estar relacionada à própria ontologia humana: “Doutrina do ser e de suas formas” ou ainda “(...) exposição ordenada dos caracteres fundamentais do ser que a experiência revela de modo repetido e constante” (Abbagnano, 2007, p. 848).

Visto que, seria a partir da atuação consciente do homem na natureza que este praticaria aquilo que é sua própria essência. Na atividade do trabalho o próprio homem se faz

<sup>2</sup> Para o leitor mais desatento poderia ficar a seguinte dúvida: porque esta segunda abordagem — crítica marxista — classifica o processo do trabalho como formador da essência humana, se para trabalhar, o homem — como colocado por Aristóteles — precisar se por enquanto ser racional? Ou seja, precisa pensar. Em algum momento dos primórdios, para executar o trabalho o homem não raciocinaria? O problema aqui está na “maneira de entender o homem” (2007, p. 154). Para Aristóteles o método de definição do objeto é posto de forma que se busque tanto aquilo que lhe assemelha, quanto o que lhe diferencia de outros objetos. Dentro da opinião de Saviani esse método traz definições mais ideais. Em sua opinião, o que define o objeto estudado está relacionado às “condições efetivas, reais”. (2007, p. 154). Então, o que temos aqui é apenas um impasse entre metodologias — apesar de ambas se referirem à essência do ser humano. Isso não quer dizer que tenhamos que decidir entre o certo e o errado, mas sim sobre que “olhar” adotar. Desde o início deste trabalho deixamos claro que a abordagem a ser utilizada por nós é a crítica, portanto faremos uso da argumentação posta por Saviani.

homem. E é assim que essa atividade adquire um segundo papel. O trabalho é visto como aquilo que torna possível a vida humana — caráter de essência — e o fato de buscando a vida o homem por em prática sua essência nos aponta esta o labor como atividade ontológica.

A partir do processo em que — e aqui estamos tratando de “Educação” — o homem se faz enquanto tal verifica-se também um processo educativo. Ora, se é do próprio homem, enquanto ser que pratica a atividade que o torna homem, a iniciativa de trabalhar, em algum momento anterior ele teve que aprender a atividade do labor. Ou melhor, seria no próprio ato de trabalhar que aquele aprenderia a fazer e a repassar o conhecimento para as próximas gerações. Dois processos — labor e aprendizagem/ensino — contingentes em um mesmo ato. Ou seja, num mesmo momento histórico-ontológico, temos as atividades de Trabalho e Educação: “Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo” (2007, p.154).

#### ■ A SEPARAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E TRABALHO

Agora, em que momento na história se deu a quebra entre estes dois pontos tão intrínsecos ao surgimento e desenvolvimento humano? Ou ainda, há realmente este rompimento entre educação e trabalho? É sobre isso que, agora, desenvolveremos os argumentos de Saviani.

Se levarmos em consideração o desenvolvimento da história do Capital podemos ocorrer no erro de nos deter a

expor os dados a partir do surgimento do sistema econômico capitalista, porém, é preciso ter em mente que muitas das condições prévias a este devem ser observadas, ou seja, para entender toda a dinâmica que aqui nos propomos é bom que investiguemos também alguns pontos dos outros modos de produção que se antecederam ao capitalismo.

Um desses pontos fundamentais seria o surgimento da propriedade privada. Esse surgimento se dá a partir do momento no qual, dentro da história dos desenvolvimentos dos meios de produção, se dá a produção de excedente pelo homem. Ora, se durante o período das comunidades primitivas têm-se uma grande dificuldade de manutenção da sobrevivência por conta da escassez de alimentos e técnicas subdesenvolvidas de produção, quando há esse desenvolvimento que provoca um salto quantitativo na disponibilidade de alimentos — como já tratado, surgimento e desenvolvimento da agricultura, e domesticação de animais — irá ser gerado em consequência um excedente. E quem ficará com ele numa sociedade que vivenciava a coletividade? Os que se denominarem por algum motivo dos da terra. Bem, aqueles que se apropriaram desse excedente marcam a origem do que chamamos aqui de classes sociais distintas:

O surgimento do excedente econômico, que assinala o aumento da produtividade do trabalho, opera uma verdadeira revolução na vida das comunidades primitivas: com ele, não só a penúria que as caracterizava começa a ser reduzida, mas, sobretudo, aparece na história a possibilidade de *acumular os produtos do trabalho*. (...) a possibilidade da acumulação abre a

alternativa de *explorar* o trabalho humano; posta a exploração, a comunidade divide-se, antagonicamente, entre aqueles que produzem o conjunto dos bens (os *produtores diretos*) e aqueles que se apropriam dos bens excedentes (os *apropriadores* do fruto do trabalho dos produtores diretos) (Netto e Braz, 2007, p. 57).

Bem, dentro de toda essa perspectiva histórica, vale agora reproduzir o recorte que nos apresenta Saviani ao dizer que foi o inicial advento da propriedade privada — o qual, como vimos, marca a transição do modo de produção comunal para o escravista, ou seja, ocorre a seis mil anos — que provocou a divisão dos seres humanos em classe<sup>3</sup> e a consequente divisão na educação.

Estará montado portanto, o cenário para a cisão aqui referida. É a partir da diferenciação do homem em classes distintas que se abre um novo formato. Em uma delas o homem não participa mais de toda a dinâmica que anteriormente envolvia os âmbitos do trabalho e da educação. Se eu não mais trabalho, não mais passo pelo processo educativo integrado àquele movimento. Eis que surge um novo processo educa-

<sup>3</sup> É facilmente compreensível ver como o fato desta divisão na sociedade é algo marcante. Esta é composta agora por aqueles que — enquanto detentores da propriedade privada — aparentemente contrariam os fundamentos *históricos-ontológicos* da condição humana, ou seja, não trabalham. Vejamos se isso de fato se dá e quais outras consequências podem advir daí no tocante ao assunto estudado por nós. Ora, se vivo é porque vivo a partir do trabalho — de acordo com os preceitos anteriormente demonstrados. Essa é uma condição essencial. A partir da perspectiva ontológica que aqui abordamos, ou seja, a partir da questão do homem de fato serem sua concretude a quando da execução do processo necessário para sua sobrevivência, podemos nos questionar: os detentores da propriedade privada são de fato seres humanos? Fica-nos logo claro que sim. Pois o que os proprietários fazem, como vimos, é a partir dessa posse, viver não mais do seu trabalho, mas do trabalho alheio. Portanto, continuam vivendo do trabalho, porém, dos outros. De fato, essa era uma condição apenas aparente.

tivo. E neste novo processo a dinâmica dialética entre trabalhar-educar deixa de existir. Afirma Saviani:

A partir do escravismo antigo passaremos a ter duas modalidades distintas e separadas de educação: uma para a classe proprietária, identificada como a educação dos homens livres, e outra para a classe não-proprietária, identificada como a educação dos escravos e serviçais. A primeira, centrada nas atividades intelectuais, na arte da palavra e nos exercícios físicos de caráter lúdico ou militar. E a segunda, assimilada ao próprio processo de trabalho (2007, p. 155).

Esta segunda modalidade de educação a qual o autor referência — “assimilada ao próprio processo de trabalho” — nos parece ser aquela a qual anteriormente era a única. Porém, será a nova forma de educação, ou seja, a primeira que fora citada, que passará a ser considerada a “educação propriamente dita”.

Esta ideia de “educação propriamente dita” fundamentará uma segunda ideia que efetiva a instituição Escola enquanto sinônimo de educação. Esse fato irá se consolidar durante o sistema de produção capitalista. Saviani nos expõe que é concomitante a Revolução Industrial uma Revolução educacional. Nesta houve a universalização da escola primária, cuja consequência foi uma reprodução da mão-de-obra trabalhadora e consequentemente das novas normas sociais e formais.

Concomitantemente a consolidação da escola enquanto referência no tocante à educação em geral, temos que esta educação deixa de estar voltada para a formação do intelecto

no sentido elitista do texto, passando a estar focada na formação do trabalhador. Ora, se antes tínhamos o âmbito escolar ligado diretamente a uma ideia de classe social “superior”, cujo foco se dava na questão da educação reproduzir nesses espaços uma abordagem voltada para o desenvolvimento intelectual, deixando do lado de fora uma maior parte de pessoas tendo formação trabalhista. Agora, a educação voltada para o trabalho adentra os muros da escola. Isso pode dá a impressão de que pode se tratar de uma inclusão, algo positivo para a classe trabalhadora. Porém, fica existindo ainda uma dualidade nesse ensino.

De um lado, temos uma educação dentro da escola a qual forma trabalhadores em geral. De outro, temos uma voltada a necessidade de formação de mão-de-obra mais específica. Esta responsável pela materialização do trabalho intelectual em trabalho material. Sintetiza o autor “Eis que, sobre a base comum da escola primária, o sistema de ensino bifurcou-se entre as escolas de formação geral e as escolas profissionais” (2007, p. 159). E ainda:

Constatamos, portanto, que o impacto da Revolução Industrial pôs em questão a separação entre instrução e trabalho produtivo, forçando a escola a ligar-se de alguma maneira, ao mundo da produção. No entanto, a educação que a burguesia concebeu e realizou sobre a base do ensino primário comum não passou, nas suas formas mais avançadas, da divisão dos homens em dois grandes campos: aquele das profissões manuais para as quais se requeria uma formação prática limitada à execução de tarefas mais ou menos delimitadas,

dispensando-se o domínio dos respectivos fundamentos teóricos; e aquele das profissões intelectuais para as quais se requeria domínio teórico amplo a fim de preparar as elites e representantes da classe dirigente para atuar nos diferentes setores da sociedade (Saviani, 2007, p. 159).

O fundamental de se apreender através dessa análise, está, portanto posto. É nesta fase da História (crítica) da educação, que pode ser observado o direcionamento que é tomado para uma bifurcação do ensino. Esta, por sua vez, ao mesmo tempo em que é reflexo da divisão de classes, vai reforçá-la.

### Referências

- ABBAGNANO, N. *Dicionário de filosofia*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez Editora, 2007.
- PEDRO, Antonio; LIMA, Lizânias de Souza; CARVALHO, Yone de. *História do mundo ocidental*. São Paulo: FTD, 2005.
- SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação*, v. 12, n.34, p. 152-165, 2007.

### AÇÕES EDUCACIONAIS E DINÂMICAS ESPACIAIS NO ESPAÇO URBANO DE TERESINA-PI

#### *Stanley Braz de Oliveira*

Mestre em Geografia- Propgeo — UECE Doutorando em Geografia- Propgeo — UECE, Graduado em Geografia, Especialista em Metodologias Inovadoras de Ensino, Educação do Trânsito e Meio Ambiente, Mestrando do programa de Mestrado Acadêmico em Geografia da Universidade Estadual do Ceará. E-mail: stanleybraz@yahoo.com.br

#### *Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Júnior*

Professor Adjunto da Universidade Estadual do Ceará. Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará. Doutor em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará. Professor Colaborador do NHIMEP/Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira/Faced/UFC. E-mail: elmo@uece.br

As dinâmicas espaciais urbanas têm recebido outros olhares por parte da geografia com ciência, pois olhar o crescimento espacial de uma cidade composta de uma complexidade de ações e desejo de seus atores, não podiam limitar-se aos aspectos geoambientais, o espaço urbano deve ser visto como um lócus de ações sócias cristalizadas em suas formas espaciais que expressam a cultura e necessidades de seus agentes. Olhar as dinâmicas espaciais nestas vertentes nos leva a visualizar que todas as ações do sujeito com ser produtor do espaço urbano são vitais para produzir e organiza-lo. Teresina uma das cidades brasileiras planejadas tem sua produção urbana inicial pensada nas necessidades das décadas do século XIX e como colaborador o sistema educacional que atrelado ao poder da igreja católica delimita as zonas da cidades através de suas escolas confessionais que posteriormente iria agregar os maiores símbolos de conhecimentos, e formas